

Timor-Leste: tenacidade, abnegação e inteligência política

A . Barbedo de Magalhães

A derrota americana no Vietname criou um contexto internacional extremamente desfavorável à independência.

A queda do regime pró-americano de Lon Nol, no Cambodja, em 17 de Abril de 1975, com a correspondente chegada ao poder dos Kmer Vermelhos, nesse país, a tomada do poder pelos comunistas do Pathet Lao, com a expulsão dos «conselheiros» americanos, no Laos, no mesmo mês, e, sobretudo, a queda de Saigão nas mãos dos comunistas vietnamitas em 30 de Abril de 1975, deixaram o Ocidente em pânico.

As imagens da fuga apressada da Embaixada Americana em Saigão são o símbolo da derrota ocidental perante um avanço comunista que, na altura, parecia imparável.

Neste contexto geopolítico, que os estrategas mundiais analisavam no quadro de «teoria do dominó» segundo a qual a queda de uma peça arrastaria a da seguinte, e assim sucessivamente, a Indonésia aparecia como um dos principais, senão o principal baluarte susceptível de travar este avanço, em catadupa, do comunismo internacional na Ásia, e de defender, assim, o «Mundo Livre».

Acresce que os submarinos nucleares americanos, para não serem detectados pelos serviços de espionagem soviéticos, precisavam de utilizar as águas profundas dos estreitos a norte de Timor, onde a Indonésia os autorizava a passar sem virem à superfície.

É neste quadro que se deve considerar o apoio que o Governo Americano, e outros governos ocidentais, deram à invasão e anexação de Timor-Leste pelas forças indonésias. Na sua maneira de ver, mesmo que em Timor-Leste quase não houvesse comunistas, podia vir a haver. E uma segunda Cuba – agora no Sudeste Asiático – podia afectar a estabilidade regional e tornar-se perigosa para os interesses geoestratégicos do Ocidente.

O primeiro governante estrangeiro a manifestar publicamente o seu apoio à integração do

então chamado Timor Português na Indonésia foi o Primeiro-Ministro da Austrália, Edward Gough Whitman, na sequência da reunião que, de 6 a 8 de Setembro de 1974, teve com o Presidente Suharto, em Wonosobo, Indonésia.

Diversos telegramas de embaixadores ocidentais em Jacarta, e documentos entretanto tornados públicos nos Estados Unidos e na Austrália, confirmam a «compreensão» de muitos governos ocidentais, depois transformada em efectivo apoio à anexação, quer sob a forma de apoio político ou diplomático ou através do fornecimento de armas à Indonésia.

Além dos factores geo-estratégicos referidos, no caso da Austrália os interesses económicos, relacionados com o petróleo e o gás natural do Mar de Timor, também pesavam.

O próprio Vaticano estava desejoso em manter boas relações com a Indonésia, a nação com maior número de muçulmanos do mundo onde, apesar disso, a Igreja Católica gozava de ampla liberdade, e detinha numerosas escolas e até universidades católicas.

Xanana Gusmão com guerrilheiros da 2.ª Companhia.



Os principais mentores da ideia de integrar Timor-Leste na Indonésia eram cristãos ligados ao Instituto de Estudos Estratégicos de Jacarta, entre os quais o General Benny Murdani. Se o conseguissem, além de demonstrarem que, apesar de católicos, eram bons indonésios, aumentariam a percentagem da pequena minoria católica (3%) no país em que 87% se diziam muçulmanos.

A descolonização, iniciada em 1974/75, e a experiência da liberdade democrática, fizeram renascer sonhos e criaram expectativas

Até finais do século XIX, houve muitas revoltas de diversos reinos timorenses contra a dominação portuguesa. Mas tratava-se, dum modo geral, de revoltas de reinos isolados ou em pequenos grupos e o que estava em causa eram os poderes dos liurais (reis) e aristocracia de cada reino ou dos reinos envolvidos. No início do século XX, no entanto, a terceira e última guerra de Manufahi já se revestiu de um carácter nacional. Não só pelo elevado número de liurais (reis) e reinos revoltados, mas também pelo envolvimento de funcionários e outros letrados que faziam parte da elite timorense mais ou menos «assimilada».

Estas revoltas foram esmagadas pela força. O trauma da ocupação japonesa, durante a II Guerra Mundial, em que terá morrido cerca de 13% da população, fez esquecer, em parte, os traumas resultantes do esmagamento das revoltas timorenses pelas autoridades coloniais, trinta anos antes.

Com o fim da ditadura, em Portugal, em 25 de Abril de 1974, tornou-se possível criar partidos políticos e defender abertamente a independência.

Formaram-se, nestas circunstâncias, três organizações políticas, em Maio de 1974, respectivamente: a UDT (União Democrática Timorense) criada em 11 de Maio e que começou por defender uma «*autonomia progressiva*



<
Campa de Sebastião Gomes, no enterro de quem, a 12 de Novembro de 1991, ocorreu o massacre do cemitério de Santa Cruz. Fotografia de Eduardo Gajeiro.

>
Militares das Falintil.
Fotografia de Eduardo Gajeiro.

[...] *mas sempre à sombra da bandeira de Portugal*» e, pouco depois, afirma-se congregar «*todas as tendências políticas inspiradas na realidade e nas mais profundas e legítimas aspirações do Povo de Timor-Dili, desde que não comprometam a paz interna e a estabilidade da área geográfica, para se atingir o objectivo final: a independência total de Timor-Dili*»; a ASDT (Associação Social Democrática Timorense) criada em 20 de Maio, e que em 11 de Setembro de 1975 se transformou em Fretilin (Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente) que «*repudia qualquer forma de colonialismo e neo-colonialismo a fim de que o Povo de Timor possa vir a ser verdadeiramente independente e próspero*»; a APODETI (Associação Popular Democrática de Timor) que defendia «*uma Integração, com autonomia, na Comunidade Indonésia*»; conforme consta dos respectivos manuais políticos.

Mais tarde surgiram formações políticas com muito poucos aderentes: KOTA, Partido Trabalhista, ADITLA, etc.

A Fretilin e a UDT suscitaram enorme adesão, e levaram as suas mensagens de esperança a quase todo o território.

A coligação da UDT com a Fretilin, em 20 de Janeiro de 1975, com vista a uma independência a médio prazo (5 a 10 anos) criou fortes expectativas de uma independência viável e pacífica.

Mas, como vimos atrás, o contexto internacional não era nada favorável à independência. E alguns generais, em Jacarta, não estavam dispostos a aceitá-la. Convenceram, pois, o Presidente da UDT, Francisco Lopes da Cruz e mais alguns dirigentes deste partido a romper a coligação, o que aconteceu em 27 de Maio de 1975.

Entretanto a Administração Portuguesa deu início a um processo de descolonização, nomea-



damente na área do ensino e da administração regional e local.

No que se refere à primeira, em Janeiro de 1975 foi criado o Grupo Coordenador para a Reformulação do Ensino em Timor, composto por timorenses e portugueses «metropolitanos» que, ao fim de três meses, apresentou um projecto para o ensino de transição que o Governo aprovou depois de obtido o acordo dos três principais partidos timorenses.

No que se refere à administração, e correspondendo a um pedido de cidadãos timorenses do Concelho de Lauten, foi discutida e aprovada uma reforma administrativa e realizadas as primeiras eleições democráticas em Timor-Leste.

Estes dois projectos suscitaram um interesse e uma participação timorense que excediam todas as expectativas.

Em 10 de Agosto de 1975, o Governador, Coronel Lemos Pires, deu posse à primeira administração eleita do Concelho de Lauten.

O processo estava a avançar com vista à eleição de administrações locais e concelhias nos outros doze concelhos.

Em 11 de Agosto devia começar um Curso de Reciclagem de Professores, integrado no programa de descolonização do ensino.

Não é por acaso que, na noite de 10 para 11 de Agosto, alguns dirigentes da UDT fazem um golpe armado. Tomam de assalto a rádio, o aeroporto e outras instalações públicas e fazem exigências ao Governador relativas à prisão de dirigentes da Fretilin e à expulsão de cidadãos portugueses. Em Jacarta e Bali tê-los-ão convencido de que essa era a única maneira de chegar à independência. Na prática era a melhor maneira de impedir a descolonização e de criar o caos que, mais tarde, o Governo da Indonésia usaria como justificação para a invasão.

Pouco antes, em princípios de Julho de 1975, o General Suharto visitara vários países, entre os quais os Estados Unidos, onde obtivera apoio



<
Militares das Falintil.
Fotografia de Eduardo Gajeiro.

>
Fotografia de Eduardo Gajeiro.

para a política de integração do Timor «Português» na Indonésia. A partir daí, o Presidente da Indonésia começou a afirmar, publicamente, que um Timor independente era inviável.

Quando, em 17 de Julho de 1975, é publicada a Lei 7/75, que previa a eleição, em Outubro, de uma Assembleia Popular de Timor para escolher o seu futuro político, já este estava escolhido pelo governo ditatorial de Jacarta, e contava com o apoio dos governos da Austrália, dos EUA, da Grã-Bretanha, do Japão, de países islâmicos, e outros.

Frustradas as expectativas de uma evolução pacífica para a independência, a Fretilin pega, também, em armas e conquista o controlo do território

Depois do golpe da UDT houve várias tentativas de restabelecimento da colaboração entre a UDT e a Fretilin, com vista a uma evolu-

ção pacífica para a independência. A pressão indonésia, nomeadamente através das emissões da Rádio Kupang e da Rádio Atambua, em Timor Ocidental, inviabilizou todas as tentativas. Em 20 de Setembro a maior parte dos timorenses integrados no Exército Português tomam o controlo das unidades militares, «detêm» os respectivos comandantes, que, em Díli, levam até à Messe de Oficiais. A seguir começam a luta contra a UDT que, entretanto, tinha aprisionado membros da Fretilin. 20 de Setembro de 1975 é a data em que se constituem as Falintil (Forças de Libertação de Timor-Leste) que irão conduzir a luta armada até ao referendo de autodeterminação. Com apenas dois pelotões de paraquedistas sob as suas ordens efectivas (isto é, pouco mais de setenta homens com capacidade para o combate) o Governador Português pouco mais pode fazer do que retirar-se para a ilha de Ataúro



(o que fez em 26 de Agosto de 1975), a fim de não cair refém de qualquer das partes em conflito ou da Indonésia, como aconteceu a 23 militares portugueses detidos pela UDT, por esta entregues às autoridades indonésias e retidos como reféns durante perto de um ano.

Cerca de um mês depois, a Fretilin, que foi levando de vencida as forças da UDT (com elementos da APODETI e de outros pequenos partidos) até à fronteira com a Indonésia, passa a controlar quase todo o território de Timor-Leste, e passa a exercer um governo efectivo do mesmo.

A convivência internacional leva ao silenciamento da imprensa e torna possível a invasão e o genocídio

Antes de atravessarem a fronteira, acompanhados de alguns milhares de timorenses, os líderes da UDT, da APODETI e de outros pequenos partidos são forçados, pelas autoridades indonésias a quem pediam protecção, a assinarem um pedido de integração de «Timor Português» na Indonésia.

E, controlando estes líderes, agora totalmente nas suas mãos, os militares indonésios criam a ficção de uma reconquista, pelo Movimento Anticomunista (MAC) timorense (designação dada à «coligação» de partidos anti-Fretilin), com apoio de voluntários indonésios.

A fim de desmistificar esta farsa, cinco jornalistas de duas cadeias de televisão australianas deslocaram-se a Balibó, perto da fronteira com Timor Ocidental, para filmarem os ataques com que as forças indonésias pretendiam conquistar pequenos enclaves de território onde pudessem instalar timorenses para virem das «zonas libertadas do Timor Português», «pedidos de apoio» que legitimassem a intervenção indonésia.

As imagens dos chamados «voluntários» que dispunham de aviões, navios de guerra e artilharia pesada, talvez fossem suficientes para desmascarar a farsa montada e obrigar o Go-

verno Australiano e outros a deixar de apoiar a invasão.

Mas, para que isso não acontecesse, os cinco jornalistas foram assassinados, em Balibó, em 16 de Outubro de 1975, e as imagens por eles recolhidas pouco antes de morrerem, nunca foram mostradas nos canais das redes de televisão australianas para as quais estavam a trabalhar.

Porque o que a Indonésia estava a fazer era do interesse da Austrália, da Grã-Bretanha, dos EUA e, dum modo geral, do Ocidente, o assassinato dos jornalistas não motivou qualquer inquérito com o mínimo de credibilidade. Os governos procuraram abafar a questão, fingindo acreditar nas explicações de Jacarta, segundo as quais se tratava de um lamentável acidente da guerra entre a UDT (ou melhor o MAC) e a Fretilin.

Com este sinal tão claro de compreensão e convivência, o Governo Indonésio ficou a saber que podia invadir à vontade e fazer o que quisesse, sem ser incomodado, nem pela imprensa internacional (cujos jornalistas estiveram, durante muitos anos, impedidos de entrar no território) nem dos governos.

Apesar das circunstâncias serem tão difíceis e de não contar com qualquer apoio exterior, a Fretilin decidiu resistir, e teve o povo do seu lado

É difícil imaginar um quadro tão sombrio e adverso como aquele em que se encontrava o povo de Timor-Leste quando, em 7 de Dezembro, a Indonésia invade maciçamente a território.

Previendo a invasão, poucos dias antes, em 28 de Novembro de 1975, a Fretilin tinha declarado, unilateralmente, a independência.

Era uma tentativa, quase desesperada, de chamar a atenção da comunidade internacional para a sua situação e para o seu direito à autodeterminação. Era uma tentativa desesperada de travar a invasão indonésia, que se sentia estar eminente.



© EDMUNDO CARREO

Mas o eco internacional fora quase nulo. Só um muito reduzido número de países reconheceu a auto-proclamada República Democrática de Timor-Leste.

Apesar do panorama ser tão negro, a Fretilin decidiu resistir. E aquilo que os generais indonésios julgavam que seria uma campanha fácil e que estaria resolvida em três semanas, revelou-se ser uma dor de cabeça permanente, durante vinte e quatro anos!

A resistência, quer das Falintil quer da população, começou logo que foram lançados os pri-

meiros pára-quedistas. E os assassinatos em massa, pelos invasores, também começaram logo nesse dia, na ponte-cais e noutros locais. Nem mesmo os membros do partido pró-integração, APODETI, foram poupados.

A brutalidade do comportamento dos invasores reforçou a sintonia entre a Fretilin e a população que, na sua esmagadora maioria preferiu retirar-se para as montanhas e ficar sob a protecção das Falintil do que sob a das forças indonésias.

Apoiadas e animadas pelo seu povo, as Falintil bateram-se com enorme coragem e tenacidade.

Em Novembro de 1976, quatro meses depois de consumada a farsa da integração «*a pedido do Povo de Timor-Leste*», uma delegação de padres indonésios que visitou o território escrevia, no relatório da visita: «80% do território de Timor-Leste está controlado pela Fretilin (Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente – movimento progressista criado a seguir ao 25 de Abril e que comanda toda a resistência do povo de Timor contra a Indonésia)»; «O total de vilas e aldeias ocupadas pelas tropas indonésias ronda as 150.000 pessoas, num total de 650.000 habitantes. O que significa que 500.000 pessoas estão fora do seu controle»; «As comunicações terrestres são muito difíceis para as tropas indonésias, que utilizam a maior parte das vezes apenas o helicóptero ou a marinha»; «Disseram-nos que cerca de 60.000 timorenses tinham sido mortos até agora. Consideramos este número muito elevado porque isto significa que 10% da população tinha morrido. Mas quando referimos estes dados a dois padres de Díli eles disseram-nos que segundo as suas estimativas, o número de mortos rondava os 100.000»; «O desejo de integração na Indonésia começa a diminuir devido à má experiência da ocupação das forças invasoras (roubos, incêndios, violações de raparigas, etc.). Um exemplo: 5.000 pessoas desejavam as boas vindas às tropas da Indonésia em Amara. Agora existem apenas 1.000 pessoas na vila, porque o resto da população se juntou à Fretilin, nas montanhas».

A heroicidade das Falintil e o seu respeito pelo povo originaram uma identificação mútua que concitou o apoio popular à Resistência.

Está por fazer a história da Resistência Timorense. Quase só a sua componente diplomática, no exterior, é minimamente conhecida. Não só por ter lugar no «exterior» e não em Timor-Leste, território completamente fechado à imprensa internacional durante muitos anos. Mas também pelo carácter secreto das acções

militares e, sobretudo, do trabalho de espionagem e contra-espionagem realizado no território pelas redes clandestinas.

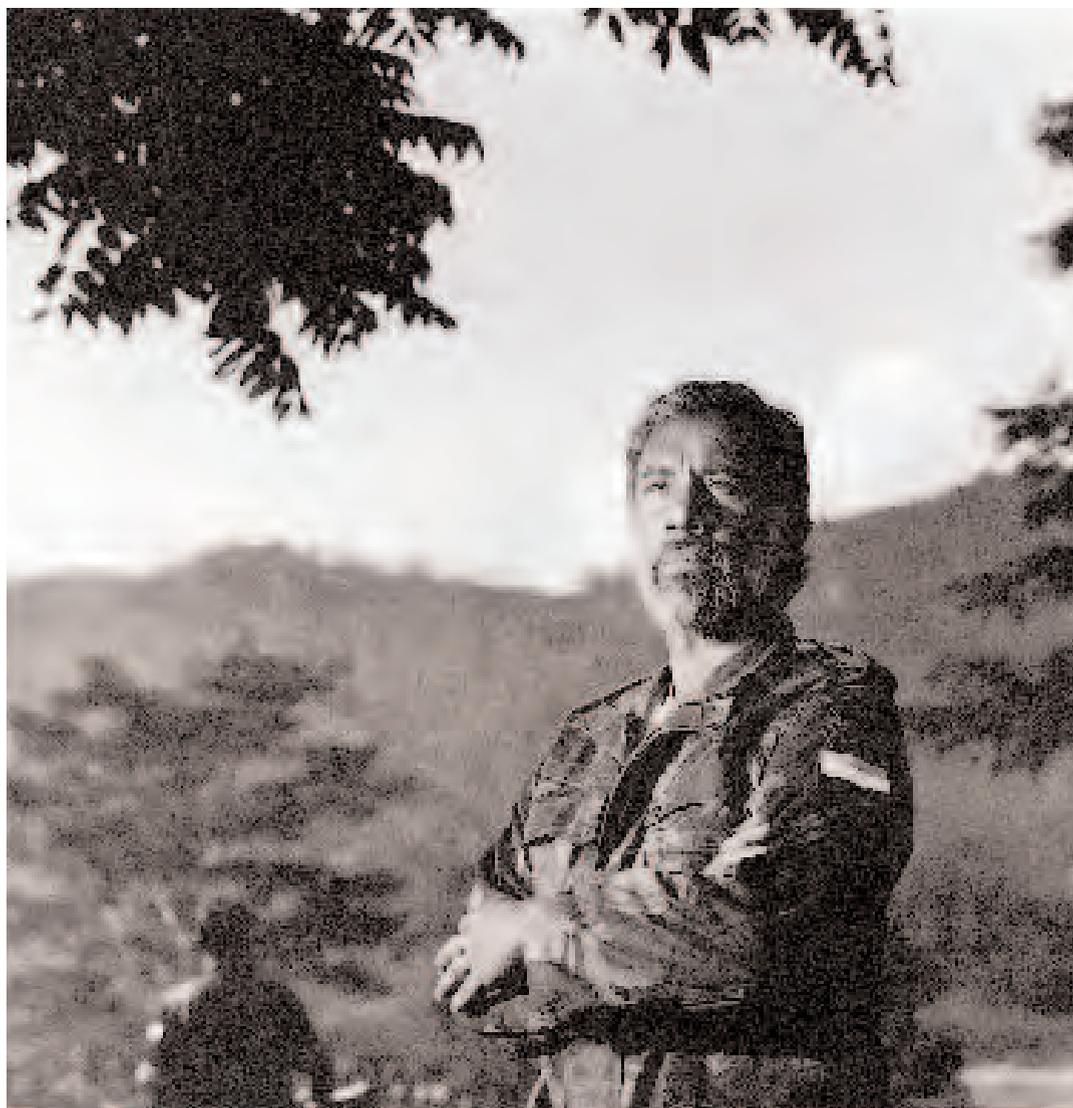
Na impossibilidade de escrever, agora, essa história – que seria importante conhecer – cito apenas três testemunhos que julgo serem elucidativos do valor da Resistência da Fretilin.

O primeiro é de um relatório do ex-cônsul australiano, em Díli, James Dunn, publicado em Camberra em 11 de Fevereiro de 1977: «[...] Disseram-me que Díli se tinha tornado relativamente segura depois de Abril, embora ainda se pudessem ouvir tiros durante a noite. [...] disse-me que quando foi de carro de Díli para[...] (distanciando-se mais ou menos 50 Km da cidade), em Abril de 1976, o seu jeep era acompanhado por três blindados e um camião cheio de soldados. [...] e os soldados indonésios insistiram em estar de regresso antes da noite cair».

O segundo é de uma carta de um missionário, datada de Novembro de 1977: «Primeiro – guerra: Continua com o mesmo furor inicial. A Fretilin persiste na luta apesar da fome, da nudez, da doença, da morte, da crise de entendimentos e objectivos verificada nos últimos tempos. Os invasores intensificaram o ataque nas três modalidades clássicas: terra, mar e ar».

O terceiro é parte do testemunho de um missionário, relativo a Setembro de 1981, quando as forças indonésias mobilizaram dezenas de milhar de civis timorenses, obrigando-os a marchar à frente das tropas indonésias para servirem de escudos humanos: «O exército mete-se no meio do povo: filas de povo e filas de tropas indonésias, em círculo, à volta dos focos de resistência do Mato. A certa altura, põe-se-lhes a estes (Frente) o dilema: destruir os atacantes (ninguém refere escassez de poderosas armas no mato) mas ao mesmo tempo exterminar as multidões do seu povo, ou... morrerem eles (Mato) para salvar o povo. Foi isto o que ontem (26) me referiu o padre D., muito impressionado com este generoso acto

Xanana Gusmão.
Fotografia de Eduardo Gajeiro.



heróico de alguns chefes superiores da Frente. Segundo o relato que ele teve, durante algum tempo, aqueles chefes da Fretilin esforçaram-se para avisar o povo para se separar. Mas ao povo isso era impossível: seria ali todo massacrado; estava envolvido por vários círculos de tropas indonésias e... não tinham qualquer arma de fogo! E então os chefes [...] da Fretilin, decidiram

pelo seu próprio holocausto para salvar o povo. Os testemunhos asseveram que a Fretilin tem armas capazes».

Dezenas de milhar de resistentes pagaram com a vida a sua abnegação ao serviço do Povo. Mas o resultado foi uma identificação e cooperação mútua tão intensa e eficaz que levava Xanana Gusmão a escrever, em Setembro de

1990, com serena confiança: «[...] Se, há 3 ou 4 anos, ainda nos preocupávamos com o 'depois da exterminação das Falintil', hoje, a exterminação das Falintil é apenas vista como um preço exigido pela PÁTRIA. Não só é com muito agrado mas é com um incontrolável orgulho que as Falintil constata que os seus sacrifícios puderam acalentar e consolidar as bases de uma resistência verdadeiramente nacional, tornando-as indestrutíveis.

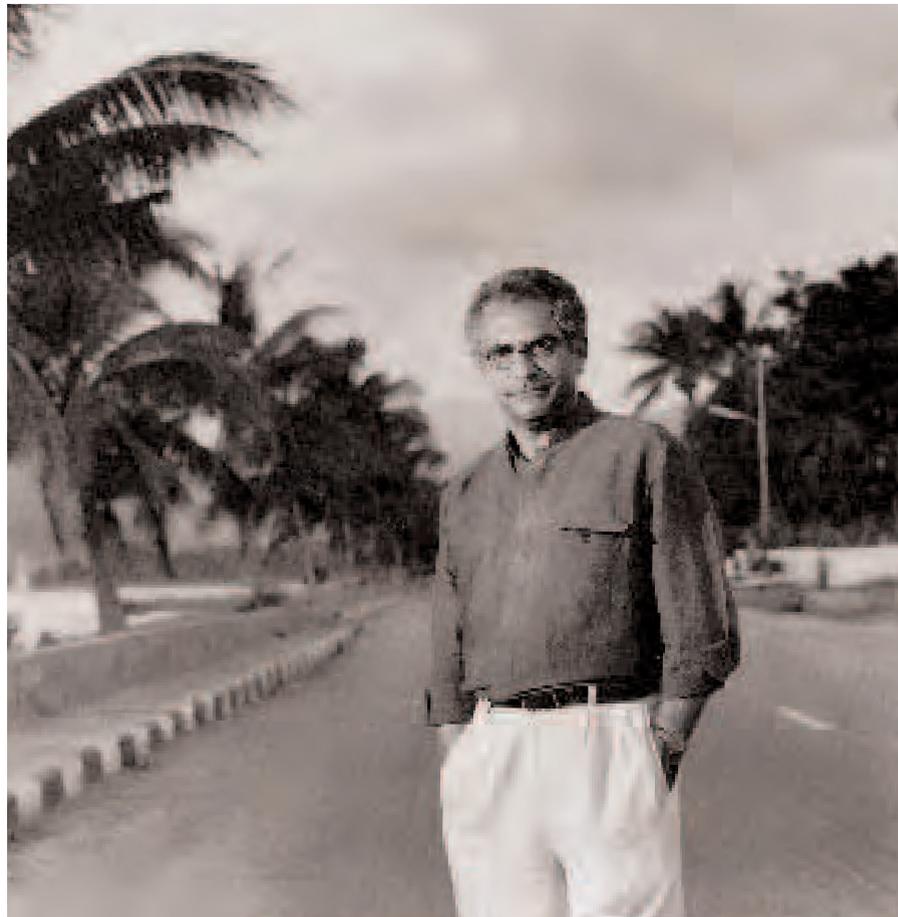
A situação, no plano interno, atingiu um estágio inigualável e não podemos esconder a nossa imensa satisfação ao declararmos isto. As nossas esperanças, do início desta fase, tornaram-se nesta empolgante realidade, que fomos construindo com os cadáveres de todos quantos tombaram pela Pátria, a confiança que depositamos na incedível abnegação do nosso Povo traduziu-se na própria certeza e a fé que sempre nos guiou corporizou-se enfim numa total assunção do dever de buscar a vitória.

No plano global da guerra, todos estamos seguros de que o tempo corre a nosso favor e não a favor de Jacarta. No campo meramente militar, as Falintil estão conscientes de que já cumpriram o seu dever e estamos política, psicológica e moralmente cada vez mais preparados para aceitar a nossa exterminação, porque sabemos que a nossa exterminação não significará o fim da guerra. O Povo Maubere continuará a lutar e não desistirá, sejam quais forem os vendavais da História».

Há, nestas palavras de Xanana, não apenas a confiança no seu Povo, mas também a humildade de não pretender a vitória militar, e admitir, até, a exterminação das Falintil.

A despartidarização das Falintil foi crucial para desenvolver uma resistência verdadeiramente nacional e suscitar apoios internos e externos.

No texto acabado de citar, Xanana constata que se criaram as bases de uma resistência ver-



José Ramos-Horta.
Fotografia de Eduardo Gajeiro.

dadeiramente nacional e, por isso, indestrutível. Mas foi longo, e nem sempre bem compreendido e aceite, o percurso que, sob a liderança de Xanana Gusmão, a Resistência fez.

Dois anos depois de ter assumido a direcção da Resistência, Xanana Gusmão proclama a convergência de todos os nacionalistas na luta contra a ocupação.

Três anos depois, também os principais líderes, no exterior, da UDT e da Fretilin, estabelecem, em 18 de Março de 1986, a «Convergência Nacionalista». Depois de um curto período (1983/87) em que a Fretilin se diz marxista-leninista,

nista, em 7 de Dezembro de 1987 Xanana Gusmão declara: *«as Falintil só terão uma sublime missão a cumprir: a defesa da Pátria de todos nós e a manutenção da ordem interna, instaurada por uma Constituição que proclame a defesa das liberdades individuais e colectivas e o respeito pelos interesses de todos os cidadãos e camadas sociais de Timor-Leste! Para que as gloriosas Falintil possam vir a cumprir plenamente a sua missão, dentro da estrutura do Governo, seja qual for a tendência política do Executivo, necessário se tornava afirmar desde já a neutralidade das*

Mari Alkatiri.
Fotografia de Eduardo Gajeiro.



Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste».

Para completar o processo de despartidarização das Forças Armadas de Libertação Nacional, o Comandante-em-Chefe, Xanana Gusmão, em carta de 31 de Dezembro de 1988, comunica a sua saída da Fretilin.

Em 1989, na Conferência Extraordinária de Aitana, Xanana Gusmão confirma a sua saída da Fretilin, resignando dos cargos que ocupava como membro do seu Comité Central, para se tornar o Comandante-em-Chefe das Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste. Estas passaram a ser apartidárias, deixando de depender da liderança da Fretilin. Ao mesmo tempo Xanana foi escolhido também para Presidente do Conselho Nacional da Resistência Maubere, e, portanto líder máximo de toda a Resistência. Poucos meses antes dessa importante reunião (em Dezembro de 1988) fora já criado o Conselho Nacional da Resistência Maubere, apartidário (em substituição do CRRN), na sequência do apelo de Xanana à despartidarização dos movimentos estudantis (feito, também, em finais de 1988).

Em 5 de Outubro de 1989 é de novo Xanana Gusmão quem esclarece e precisa melhor ainda: *«As Falintil [...] adquiriram, nestes últimos anos, o verdadeiro papel que lhes cabe e que se insere apenas na defesa da Pátria, tendo ficado assim libertas de qualquer dependência política para com determinado partido. [...]*

As Falintil não fazem política, mas desde já estão empenhadas em ajudar a construir uma nação livre e democrática, sob os fundamentos do respeito pelas liberdades de pensamento e associação, de expressão e reunião e do respeito integral pelos direitos universais do Homem.

O pluripartidarismo e uma economia de mercado serão os alicerces para um Timor-Leste independente (que os guerrilheiros estão construindo com os seus cadáveres!). Estado livre e

não-alinhado que não renunciará ao firme propósito de se candidatar à ASEAN, como contributo mais positivo para a estabilidade regional».

Quando o Papa João Paulo II visitou Timor em 12 de Outubro de 1989 era clara e pública a defesa do pluralismo democrático pela Resistência Timorense e a independência política de Xanana Gusmão. Esse posicionamento abriu portas e estava já a dar frutos.

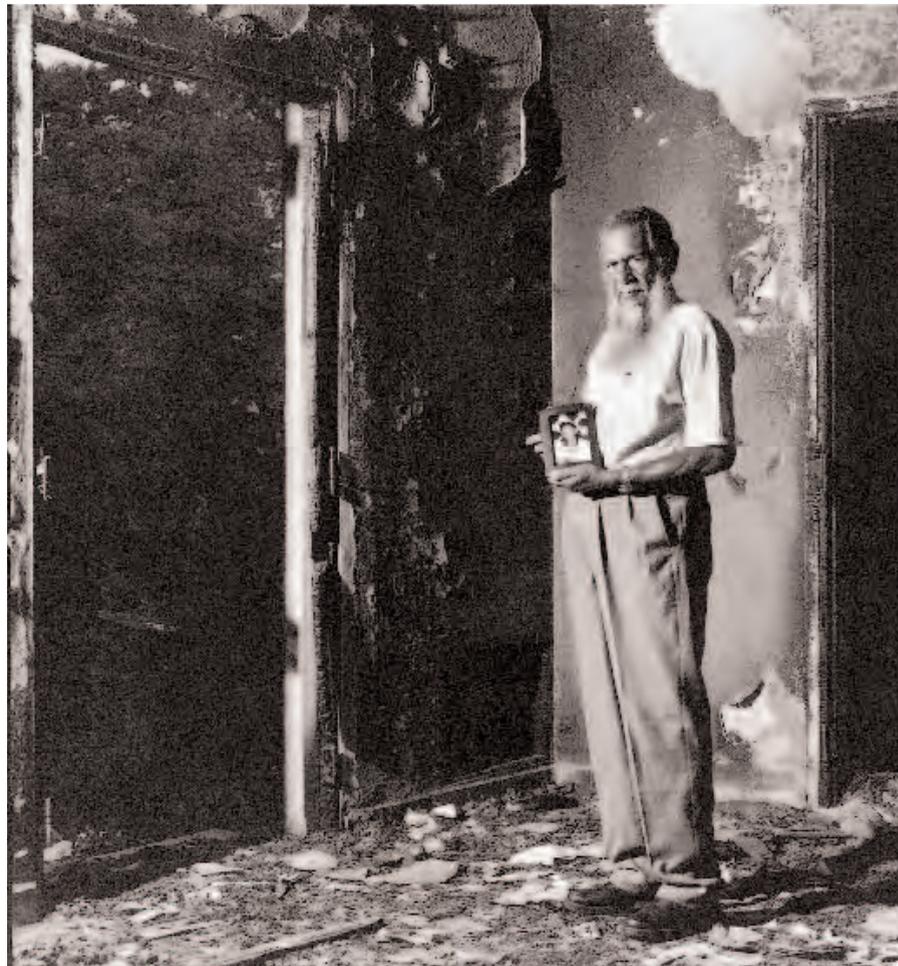
A importância dada, desde o início, à componente externa e diplomática da Resistência, foi fulcral.

Logo a seguir à declaração unilateral da independência, e prevendo uma invasão próxima, o Governo da RDTL (República Democrática de Timor-Leste) faz sair do território alguns dos seus melhores elementos, nomeadamente José Ramos Horta e Mari Alkatiri. O seu papel é tentar obter apoios internacionais para a Causa de Timor-Leste.

Apesar da extrema dificuldade nos contactos entre o exterior e o interior, foi grande a preocupação, de parte a parte, em articular de forma conjugada uma e outra componentes da Resistência, através das redes clandestinas que procuravam assegurar, tanto quanto era humanamente possível, e com enormes riscos, a comunicação mútua.

Havia a convicção de que não era a vitória militar que iria resolver o problema. Mas também era claro que, sem resistência armada ou sem resistência clandestina a parte diplomática perderia, na prática, qualquer margem de manobra.

Afinal, as zonas, mais vastas ou mais restritas, onde a guerrilha se podia movimentar, eram o espaço de liberdade necessário para manter a situação não resolvida, a questão da autodeterminação em aberto e acesa a chama da esperança. A Resistência Armada dava força e conteúdo às acções de solidariedade no exterior e,



sobretudo, mantinha viva a questão nas Nações Unidas e face à Potência (ainda formalmente) Administrante.

Se, apesar de algumas dúvidas e hesitações, a liderança no interior comandava a Resistência como um todo, os políticos e diplomatas no exterior também participavam na definição da estratégia global da luta, tendo em conta os problemas e dificuldades que encontravam quando procuravam, no meio de um deserto quase completo, conseguir alguns apoios para a Causa Timorense.

Manuel Carrascalão, na casa onde foi assassinado pelas milícias indonésias o seu filho Manelito. Fotografia de Eduardo Gajeiro.

Felizmente a Potência Administrante não assinou qualquer acordo com a Indonésia ou a Austrália ao contrário do que fez a vizinha Espanha, ao assinar o Acordo Tripartido, com Marrocos e a Mauritânia para a partilha do Saara Ocidental. Pelo contrário, Portugal apresentou queixa à ONU, no próprio dia 7 de Dezembro, e solicitou uma reunião urgente do Conselho de Segurança. Em resposta, este reuniu quinze dias depois e aprovou, por unanimidade, em 22 de Dezembro de 1975, uma importante resolução que pede a retirada de todas as forças indonésias do território. A Assembleia-Geral, da ONU, reagiu mais rapidamente e em 12 de Dezembro aprovou a primeira de uma série de resoluções condenatórias da invasão.

Mas, tirando esse primeiro e fundamental passo, os sucessivos e, por vezes, efémeros governos de Lisboa dos anos seguintes quase nada fizeram.

Em contrapartida muitos governos trabalhavam activamente para abafar a questão nas Nações Unidas, como recomendava um destacado membro do Foreign Office (Gordon Duggan), do Reino Unido, aquando da sua visita a Jacarta: *«Sem dúvida, visto daqui, é do interesse do Reino Unido que a Indonésia absorva o território logo que possível e com o menor espalhamento e, se se chegar a uma situação em que haja problemas com as Nações Unidas, devemos manter a cabeça baixa e evitar tomar uma posição contra o governo da Indonésia»*.

Alguns anos mais tarde, o então Embaixador dos Estados Unidos na ONU, Daniel Patrik Moymian, afirmava orgulhoso, nas suas «memórias»: *«os Estados Unidos desejavam que as coisas se passassem como aconteceram e fizeram os possíveis para que assim fosse. O Departamento de Estado desejava que as Nações Unidas se mostrassem ineficazes em quaisquer medidas que eventualmente fossem tomadas. Esta tarefa foi-me entregue e cumpri-a com assinalável êxito»*.

Os representantes timorenses no exterior, e nomeadamente Ramos Horta, apesar da sua inexperiência e quase completo isolamento, tiveram que conquistar a pulso, no terreno extremamente hostil das Nações Unidas, pequenas solidariedades e apoios que, vinte anos depois tinham crescido e começado a dar frutos.

Mais tarde, o empenhamento português aumentou e, de novo, na fase final do processo, foi crucial. A articulação da diplomacia portuguesa com a liderança timorense tornou-se então eficaz e produziu frutos.

A despartidarização da Resistência e a criação, em Abril de 1998, do Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT), primeira estrutura multipartidária timorense eleita, com a participação da Fretilin, da UDT e doutras organizações timorenses, criou condições políticas favoráveis e contribuiu muito para essa tão eficaz colaboração.

Mais uma vez foi a extrema inteligência política, aliada à tenacidade e abnegação dos timorenses que abriu as portas e suscitou as solidariedades necessárias, a nível internacional, para que o Acordo de Nova York de 5 de Maio de 1999 tivesse lugar e o referendo se fizesse.

Os riscos de uma consulta popular feita com «segurança» indonésia eram enormes. A Resistência sabia isso e afirmava, com clareza, que preferia correr riscos a perder a oportunidade.

Olhando agora para trás creio que todos os que compreenderam que essa era uma «janela de oportunidade» que provavelmente não surgiria de novo tão cedo, apesar do elevado preço pago, concordarão que essa era, de facto, «a» oportunidade. Mas foi necessário, também em 1999, que à inteligência política se associasse a abnegação do Povo Timorense para este aceitar correr riscos e sofrer como sofreu para conseguir, finalmente, a tão desejada e merecida Independência.